



Refletindo sobre grupos e massas

Sérgio Telles,¹ São Paulo

O filme *A onda* (*Die Welle*, 2008), de Denis Gansel, trata da experiência realizada por um professor com o intuito de mostrar a seus alunos de segundo grau o quão equivocados estavam em supor que um regime totalitário não teria condições de se instalar na Alemanha de hoje. Para tanto, criou um “movimento” que comandava com mão de ferro, impondo leis rígidas e severas punições para os que a ele se opusessem. Dessa maneira, mobilizou um forte sentimento de pertencimento grupal, e a participação entusiasmada dos jovens logo envolveu outras classes, criando situações imprevistas e perigosas, forçando a interrupção do projeto. Pagando um preço alto, o professor demonstrou como é fácil manipular as massas em um clima totalitário.

O enredo do filme é inspirado no experimento do professor Ron Jones, realizado em uma escola californiana em 1967, que visa explicar para seus alunos o surgimento e a ascensão do nazismo. Surpreso com a força que o experimento havia tomado e temendo que ele fugisse inteiramente do controle, Jones o encerrou depois de apenas cinco dias, o que mostra a rapidez com que ideias e comportamentos de massa podem se propagar.

Em 1976, Jones publicou um livro baseado nesse experimento, *The Third Wave*, que logo depois foi filmado e exibido na televisão com grande aceitação do público norte-americano, o que fez com que fosse utilizado para fins educativos, dando origem a inúmeras peças e grupos de estudos.

Uma experiência semelhante à de Ron Jones foi realizada pela professora Jane Elliot em 1970. Impactada com o assassinato de Martin Luther King, Jane Elliot organizou em suas classes com crianças do curso primário situações que as fizessem entender diretamente a violência do racismo. A experiência teve um registro cinematográfico, *The Eye of the Storm*, realizado em 1970. Em 1985, Elliot realizou *A Class Divided*, registro de um encontro com os antigos alunos do primeiro exercício, quinze anos depois. Suas experiências tiveram grande

1 Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em que coordena o grupo “Psicanálise e Cultura” e faz parte do corpo editorial da Revista *Percurso*. Colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* e autor, entre outros, de *Fragmentos clínicos de psicanálise* e *O psicanalista vai ao cinema*, Casa do Psicólogo.

repercussão e despertaram muita controvérsia. Desde então, Elliot organiza *workshops* para adultos sobre diversidade e preconceito, nos quais, por exemplo, coloca brancos no lugar de negros por um dia, para que sintam na própria pele o sofrimento destes. Em 1996, produziu um vídeo, *Blue Eyed*, disponível no YouTube, mostrando um desses grupos em funcionamento.²

O filme *A onda* e o vídeo *Blue Eyed* ilustram bem como a figura de um chefe autoritário e intimidador que impõe passividade e submissão a um grupo facilmente desencadeia os mecanismos da psicologia de massas. Se em *A onda* a situação se dá entre adolescentes, reconhecidamente mais vulneráveis do ponto de vista emocional, as experiências de Jane Elliot são ainda mais surpreendentes, pois envolvem adultos que, de forma voluntária, acorrem a um grupo de estudo e, diante de uma autoridade agressiva, assumem uma postura regressiva infantil.

Em *Blue Eyed* também ficam evidentes algumas manobras usadas pela autoridade para manipular o grupo, como, ao lado da constante intimidação, a emissão de instruções arbitrárias e contraditórias, que deixam o grupo confuso e incapacitado de reagir.

Essa intimidação por parte de um chefe sádico remete às situações de *bullying*, fenômeno da psicologia de grupo ou de massas que tem sido objeto de atenção ultimamente. Descrito especialmente nas escolas, entre crianças e adolescentes, ele pode acontecer em qualquer faixa etária, pois consiste na escolha de um bode expiatório no qual o grupo projeta seus próprios aspectos inaceitáveis e nele procura destruí-los. O evidente sofrimento do bode expiatório não desperta a compaixão do grupo. Pelo contrário, ao constatar sua impossibilidade de reação, a violência recrudescer e pode chegar a extremos, como mostra o filme *Depois de Lucia* (2012), do mexicano Michel Franco.

As situações de *bullying* são circunscritas, e suas vítimas sabem que podem recorrer às instancias superiores ao grupo, que não compartilham de suas motivações e podem puni-lo por suas arbitrariedades, o que não ocorre quando toda a sociedade o pratica, como aconteceu com o nazismo. Nessas circunstâncias, a possibilidade de reagir é praticamente nula. Para sobreviver nessas situações extremas, são acionadas poderosas defesas, como identificação com o agressor, negação maciça da realidade ou posições masoquistas, como as que vemos nas cenas finais do filme de Pasolini, *Saló ou os 120 dias de Sodoma* (1976).

Freud, em “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921/1969a), mostra como o comportamento da massa se caracteriza pela dissolução da identidade de cada sujeito, ocorrida pela identificação horizontal entre seus participantes e uma identificação vertical com o líder, cuja figura é introjetada, ocupando o lugar do ideal do ego e do superego de cada um dos componentes da massa. A

2 <http://vimeo.com/67460531>.

massa age como uma unidade viva, seguindo docilmente o líder, este vivenciado como uma figura paterna idealizada.

Como mostram os exemplos acima, o quadro descrito por Freud continua válido, e foi ampliado por Kernberg (2000), que descreveu a psicologia dos pequenos e grandes grupos, multidões e movimentos de massa com base nos referenciais kleinianos e bionianos. Para ele, além da figura do líder enquanto pai autoritário e poderoso, própria do modelo freudiano, pode-se encontrar a imagem do líder como uma mãe promotora de uma relação indiscriminada e fusional, instalando na massa uma situação muito mais regressiva. Nessas circunstâncias, a agressão primitiva e os mecanismos de defesa contra ela não estão devidamente integrados, como ocorre nos laços sociais habituais e nas relações diádicas e triádicas familiares e, por isso, tendem a fugir do controle. Ocorrem, então, desenvolvimentos narcisistas e paranoides em resposta à liberação da agressividade. Os primeiros se caracterizam pelo gozo estático de regressão no grupo, e os segundos correspondem à liberação da violência e supressão das inibições morais, descritas por Freud. Kernberg também detecta nos grupos os pressupostos básicos de Bion – ataque e fuga, dependência e acasalamento –, bem como as diversas modalidades de fusão passíveis na clínica dos *borderlines*.

Diluído no meio da massa, o indivíduo tem seu comportamento habitual modificado, decorrente da perda transitória de sua identidade. Com isso, ele fica privado dos parâmetros internos que estabelecem a forma como vê a si mesmo, os outros e a realidade externa. Dessa forma, ele se isenta da responsabilidade pessoal, delegando as decisões ao grupo ou a seu líder, um representante da figura paterna ou materna a quem segue sem restrições. Nesse estado regressivo, podem ser liberados impulsos agressivos e sexuais que jamais seriam veiculados se o sujeito estivesse sozinho.

Freud e Kernberg descrevem os movimentos de massa como observadores externos. Canetti (1995), pelo contrário, aborda a questão como um membro da massa, relatando a inebriante sensação de poder e liberdade que sente o indivíduo no meio da multidão, bem como suas atitudes paranoides e destrutivas.

Esses fenômenos psicológicos próprios da massa mostram a plasticidade e fluidez do aparelho psíquico, que é capaz de transitar do funcionamento mais estruturado e organizado que possibilita o exercício do pensamento racional e objetivo para posições comandadas por uma afetividade mais arcaica.

Por darem vazão a incontornáveis desejos humanos, as massas tendem a se formar espontaneamente e estão presentes tanto nos regimes totalitários como nos democráticos. Nos regimes autoritários, o poder as incentiva, pois elas facilitam a doutrinação ideológica e o controle social. Nas democracias mais avançadas, o clima político não propicia sua formação, e sim a organização de grupos de trabalhos constituídos por indivíduos atuantes e conscientes.

Mas Kernberg (2000) mostra que os meios de comunicação tornam mais complexa essa equação, pois, para que se instalem os pressupostos da psicologia

das massas, com seus movimentos de submissão acrítica a um líder, não é necessária a presença física de participantes em uma grande multidão.

Os meios de comunicação, especialmente a televisão, organizam multidões virtuais muito maiores que as reais, possibilitando sub-repticiamente a instalação dos fenômenos regressivos típicos da psicologia das massas.

Vendo televisão na privacidade de seu lar, o expectador não tem plena consciência de fazer parte naquele exato momento de uma grande massa e, como parte dela, reage sem crítica aos ditames que lhe são impostos. Nos países autoritários, ele recebe passiva e diretamente sua quota de doutrinação. Nos países democráticos, lhe é fornecido o “entretenimento”, essa proteica produção que, com o objetivo explícito de divertir e distrair o espectador, sub-repticiamente veicula sem cessar conteúdos ideológicos e modelos de comportamento voltados para o consumo, que são seguidos da mesma forma como a multidão real, presencial, segue o líder totalitário.

Fazer essa constatação não significa ignorar as diferenças e confundir o autoritarismo totalitário com a democracia. O que está em jogo é o reconhecimento da importância dos elementos psicológicos no comportamento das massas, a compreensão de que elas inconscientemente desejam o controle autoritário, a obediência a pais poderosos que as isentem do peso inerente à independência, à liberdade e à responsabilidade.

Essa questão tão importante fica mais evidente quando contrapomos os dois textos canônicos nos quais Freud estuda comportamentos de massa. Vemos então que “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921/1969a) representa o lado oposto da problemática mostrada em “Totem e tabu” (1913/1969b). Em “Totem e tabu”, está a revolta dos filhos contra o pai da horda primitiva, o desejo de independência e autonomia, a vontade de destruí-lo e tomar o seu poder para usufruir dos bens que lhe eram negados, especialmente o gozo das mulheres. Sabemos das grandes consequências provocadas pelo assassinato do pai, fato mítico que nos tirou da natureza, nos fez ingressar na cultura com a introjeção da lei e estabeleceu as regras que permitiram a constituição da sociedade humana. Em “A psicologia de grupo e análise do ego”, Freud mostra o desejo oposto, o desejo de se submeter ao pai poderoso e implacável, a abdicação da liberdade e da autonomia, a escolha da servidão voluntária que garantiria sua proteção.

Erich Fromm, em *O medo à liberdade* (1972), desenvolve essa questão, mostrando como o homem prefere fugir da liberdade a arcar com seus custos.

Freud e Fromm despreveram essa fuga da liberdade e a procura regressiva de pais protetores tendo em mente os grandes eventos totalitários do século passado. Mas essa dicotomia persiste nos regimes democráticos, pois ela reflete o conflitivo inconsciente individual, na qual oscilamos entre o desejo de autonomia e independência e o anseio pela proteção paterna, mesmo que isso implique a servidão.

Penso que, além da sublevação assassina (posteriormente controlada pela introjeção da lei e pelo pacto entre os irmãos de não tomar diretamente o lugar do pai) ou submissão como garantia de proteção, há uma terceira forma de lidar com a figura do pai, tal como mostrada em “Totem e tabu”. Seria a identificação direta com o pai como ele era antes de ser morto – exercendo o poder de forma autocrática, sem nenhuma limitação.

Os efeitos na prática política dessas três possibilidades – autonomia regradada pela introjeção da lei, regressão infantil em busca da proteção, identificação com a onipotência do pai primevo – não poderiam ser mais relevantes. Isso significa que, para se fortalecer, a democracia teria que batalhar em duas frentes. A mais óbvia, lutando contra aqueles que, por estarem identificados com o pai da horda primitiva, querem se apossar do poder para exercê-lo de forma onipotente (autocrática ou totalitariamente), como o fazem os ditadores de variados calibres. Outra, talvez mais insidiosa e difícil, criando defesas contra o anseio regressivo das massas por um líder autoritário, com características paternas ou maternas. Essa é uma questão muito difícil de ser resolvida, pois remete à própria constituição psíquica do sujeito, algo que se processa na intimidade mais recôndita da vida privada do cidadão, área onde o Estado não pode intervir e, mesmo que o fizesse, não poderia ter sucesso.

Retornando à esfera do público, poder-se-ia perguntar: se há um líder onipotente que quer o poder e massas infantis que desejam ser por ele comandadas, por que não deixar que isso aconteça? A experiência do nazismo talvez seja a resposta mais cabal a essa questão: atender aos anseios regressivos de ambas as partes é dar livre curso à irracionalidade psicótica mais desagregadora e destrutiva.

Para superar esses perigos, a democracia deveria evitar as circunstâncias que proporcionem a formação de massas, quer seja na prática política, quer seja como efeito dos meios de comunicação. As massas dependentes deveriam ser substituídas por coletividades compostas por cidadãos autônomos e críticos, que não abram mão de seus direitos e responsabilidades e que exijam o mesmo de seus representantes.

No que diz respeito aos meios de comunicação, o exercício da crítica por parte da sociedade permitiria a necessária discriminação entre os apelos da ideologia (política ou do consumo) e o inestimável valor da liberdade de circulação de ideias e informação.

Talvez não haja novidade nesse programa. Seria apenas uma versão atualizada do clássico embate entre demagogia e democracia.

Há muito se sabe da infantilização das populações mais carentes, sempre a mercê dos espertalhões e populistas. O que se expõe agora é algo mais grave. A regressão das massas, que as deixam vulneráveis às manipulações de líderes inescrupulosos, não depende de fatores econômicos, sociais, educacionais. É

algo mais profundo, que atende a fantasias inconscientes que se manifestam na psicologia dos grupos.

Essas são questões que não podem ser ignoradas no aprimoramento dos dispositivos da democracia.

A transformação das massas em agrupamentos de cidadãos autônomos, críticos e conscientes de seus direitos e deveres talvez seja facilitada pelas redes sociais criadas na Internet.

Nas incipientes multidões arregimentadas pelas redes não há a figura de um chefe, um líder, sobre quem é projetado o ideal do ego e o superego ou que seja visto como um pai poderoso ou uma mãe que seduz com um apelo fusional. As pessoas são convocadas em nome de um determinado ideário, ao qual consciente e voluntariamente aderem. O conceito de *flash mob*, introduzido pela internet, se refere a essa possibilidade de convocar uma multidão para fins pontuais específicos, que vão desde brincadeiras inconsequentes até grandes manifestações políticas, como ocorreu nas “primaveras” árabes e aqui mesmo nas manifestações de junho de 2013.

Esse uso das redes sociais estabelece uma grande diferença entre a televisão e a internet. Enquanto a televisão tem um poder mesmerizante, controlando o telespectador passivo que se deixa comandar como um membro da massa guiada por um líder, a internet convida a participação, interação e atividade – quer seja nas salas de bate-papo, nos comentários aos noticiários, nos inúmeros fóruns de debates e, o que é mais importante, na organização de grandes manifestações de rua.

Ao contrário da televisão, que organiza massas virtuais ocupando ela mesma o papel de líder a ser seguido, a Internet age de forma diversa, proporcionando a formação desse tipo de agrupamento de características opostas à massa, desde que imbuídos de um forte sentimento de autonomia e individualidade.

Uma multidão que se junta assim estaria mais consciente e lúcida, não se deixaria manobrar por oportunistas, como se constatou no repúdio aos grupos e partidos políticos que tentaram manipular as manifestações de junho de 2013 e que, mais recentemente, foram escorraçados. Mas também mostra uma fragilidade. Na medida em que não há uma centralização ou organização estável que a alimente, tende a se manifestar em ondas, abalos sísmicos, de problemática continuidade, como vimos acontecer no refluxo daquele movimento.

Dessa maneira, a Internet poderia criar instrumentos inéditos para reforçar a democracia, possibilitando uma diferente forma de manifestação da vontade popular.

A dimensão e a profundidade das mudanças trazidas pelas novas tecnologias da informática na prática política ainda não estão muito claras para todos nós. Elas se manifestam não só na capacidade de formar as *flash mobs*

que acabamos de mencionar, como também nas questões ligadas à anulação da privacidade e na possibilidade de controle social.

O extraordinário domínio do Estado sobre o cidadão que assim se afigura fica contrabalançado pela possível resistência exercida por aqueles que praticam a desobediência civil. Eles põem a nu a fragilidade e a vulnerabilidade de sistemas de poder aparentemente inexpugnáveis, apesar de pagarem um preço altíssimo por essa ousadia. O ativismo político de Julian Assange e Edward Snowden é um bom exemplo dessa questão.

Muito se tem falado sobre a largamente difundida descrença nos políticos. Penso que a crise de representatividade dos políticos nas democracias avançadas é bem diferente da que ocorre entre nós. A nossa não se dá pela exaustão do modelo, e sim por sua crônica inoperância. Nossos políticos quase nunca foram efetivamente representantes da coisa pública (*res publica*) e, sim, prepostos de grupos que de há muito se apoderaram do poder. Nossa crise de representatividade é motivada pelo despreparo, inépcia, incompetência, irresponsabilidade, compadrio, nepotismo, roubalheiras.

Muitas de nossas características socioculturais derivam de fatores históricos, entre eles o peso da formação ibérica, mais atrasada do que aquela vigente em outros países libertados por Lutero e Calvino do jugo da Igreja Católica, como se depreende das elucubrações de Fromm no livro supracitado. A própria forma de exercer o poder parece ser diferente no Brasil. Quando os romanos diziam “À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”, intuitivamente sabiam da importância da identificação, do modelo a ser seguido, dos padrões nos quais a sociedade se mira. Cabe às autoridades dar o bom exemplo para o povo; ao homem público compete manter a compostura.

Pelo contrário e com as honrosas exceções de praxe, nossos políticos se vangloriam da esperteza, das negociatas, do evidente e escandaloso enriquecimento ilícito. Parecem competir na desfaçatez e na exibição de seus desmandos, oscilam entre a safadeza pornográfica e o palavrorio oco, pomposo, ridículo, em uma patética exibição para uma imensa plateia de ingênuos mantidos proposadamente na ignorância.

O que acontece quando a elite que ocupa o poder dá mostras diárias de roubos e falcaturas, de não obediência à lei, de viver em permanentes conchavos escusos visando exclusivamente seus próprios interesses?

O que ocorre no Brasil é da maior gravidade, porque os modelos públicos de identificação dão um exemplo deplorável, e a lei que deveria reger o contrato social é enxovalhada ininterruptamente, mostrando suas garras apenas contra os mais pobres e indefesos estratos da sociedade.

O modo escabroso com que se comportam as figuras paternas encarnadas nos políticos e a impunidade que gozam não estariam propagando em larga escala a criminalidade e a delinquência? A brutalidade cada vez mais desmedida

e desarrazoada que se constata na crônica policial de nossas cidades não seria sintoma de tudo isso?

Referências

- Canetti, E. (1995). *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1969a). Psicologia de grupo e análise do ego. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas* (J. Salomão, trad., vol. 18, pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1969b). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas* (J. Salomão, trad., vol. 12, pp. 13-193). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Fromm, E. (1972). *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kernberg, O. F. (2000). *Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações*. Porto Alegre: ArtMed.

Sérgio Telles

Recebido em: 22/4/2015

Aceito em: 12/5/2015